

N.º

NIPG

Data

**EVENTOS ORGANIZADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
SANTAFAZ**

1. Identificação do/a requerente

Nome/Nome da entidade*

NIF/NIPC*

Cartão de Cidadão/Passaporte*

Validade*

Morada*

Código-postal*

Freguesia*

Concelho*

Telefone ⁽¹⁾

Telemóvel ⁽¹⁾

Correio eletrónico ⁽¹⁾

Nome do/a representante legal*

Na qualidade de* ⁽²⁾

Cartão de Cidadão/Passaporte*

Validade*

* Campos de preenchimento obrigatório.

⁽¹⁾ Preencher todos os campos para os quais autoriza ser contactado/a no âmbito deste processo.

⁽²⁾ Indicar a titularidade do direito que lhe confere legitimidade para iniciar o procedimento administrativo ou intervir nele.

2. Tipo de ocupação

Público

Privado

3. Tipo de instalação ⁽³⁾

Mercado

Atividade de venda de bebidas e/ou comidas rápidas; sem braseiro; sem esplanada; no interior do Mercado.

Restaurante

Atividade de venda de bebidas e/ou comidas; com braseiro; com esplanada; com outros equipamentos.

Bebidas e Comidas Rápidas

Atividade de venda de bebidas e/ou comidas rápidas; sem braseiro; sem esplanada.

Outro/a Vendedor/a

Atividade de venda de doçarias, produtos agrícolas, brinquedos, entre outros.

Mercadinho

Atividade de venda de produtos artesanais de autor.

Associação

Atividade de venda de bebidas e/ou comidas rápidas; sem braseiro; sem esplanada.

Pista de carros de diversão

Outros divertimentos mecanizados

Outros divertimentos

⁽³⁾ Preencher em caso de ocupação de espaço público.



4. Características da instalação

Denominação da instalação (se aplicável)

Produtos a comercializar

Dimensão da instalação

Comprimento

Largura

Área

Se respondeu **Restaurante**, quais os equipamentos que possui e quais as suas dimensões?

Braseiro ⁽⁴⁾

Comprimento

Largura

Área

Esplanada

Comprimento

Largura

Área

Outro

Comprimento

Largura

Área

Se respondeu **Mercadinho**, quantos e quais os dias irá comercializar os seus produtos?

N.º de dias

Domingo

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

⁽⁴⁾ Obrigatório a utilização de extintor ou manta corta-fogo.

5. Serviços

Declaração para efeitos de instalação elétrica

Sim

Não

Venda ambulante de bebidas alcoólicas

Sim

Não

Declaração para efeitos de emissão de licença de abate e venda de gado

Sim

Não

Ligação à rede de águas

Sim

Não

Execução pública de obra musical, cinematográfica, literária ou outra

Sim

Não

Publicidade

Sim

Não

6. Documentos instrutórios

Mercados | Restaurantes | Bebidas e Comidas Rápidas | Outros/as Vendedores/as | Mercadinhos

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a requerente (aplicável a pessoa singular);

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a representante legal (aplicável a pessoa coletiva);

Cartão de Identificação Fiscal (NIF) do/a requerente (aplicável a pessoa singular);

Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) da entidade (aplicável a pessoa coletiva);

Documento comprovativo da qualidade de representante legal (aplicável a pessoa coletiva);

Certidão permanente de registo comercial (aplicável a pessoa coletiva);

Declaração de início ou de alteração de atividade (se aplicável);

Mera comunicação prévia ou título de vendedor/a ambulante;

Croqui, desenho ou fotografia da instalação ou de outro equipamento a instalar no local, com indicação das respetivas dimensões;

Declaração do/a proprietário/a do espaço privado, mencionando que autoriza a utilização do mesmo polo/a requerente, com assinatura reconhecida em Notário, advogado ou solicitador;

Termo de responsabilidade de equipamentos de diversão ou último certificado de inspeção de cada equipamento, quando o mesmo já tenha sido objeto de inspeção (aplicável a recintos itinerantes).



Associações ⁽⁵⁾

- Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a representante legal;
- Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) da entidade;
- Documento comprovativo da qualidade de representante legal;
- Certidão permanente de registo comercial (se aplicável);
- Ata da Assembleia Geral, que aprova a eleição dos corpos dirigentes;
- Cópia certificada dos estatutos da associação (se aplicável);
- Declaração de utilidade pública (se aplicável);
- Croqui*, desenho ou fotografia da instalação.

⁽⁵⁾ Caso a associação tenha entregue os documentos solicitados, nos últimos 12 meses, no âmbito do Movimento Associativo, não necessita entregar os mesmos. A situação deve ser verificada pelo Atendimento.

Requerente/Representante legal

- Declaro, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal, caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.
- Declaro que cumpro as obrigações legais e regulamentares relativas às instalações e equipamentos, bem como as regras de segurança, saúde pública e os requisitos de higiene dos géneros alimentícios, nos termos do disposto no artigo 137.º, do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração.
- Tomei conhecimento da Política de Privacidade e aceito inequivocamente que os meus dados, acima referidos, sejam tratados pelo Município de Santa Cruz, para a gestão do processo.

Pede deferimento,

O/A requerente/representante legal

Atendimento

Observações

O/A funcionário/a

Dinamização Local

Órgão executivo

Informação

Parecer

Despacho

Deferido Indeferido

Data

Data

Data

O/A funcionário/a

O/A chefe de divisão

O membro do órgão executivo



Taxas, tarifário e preços

Taxas

29, 31, 33, 42, 43, 49, 51, 53, 92, 93, 98, 131, 323, 324, 325, 326, 332, 353

Tarifário

Aferição do contador

Preços

Mercado Municipal

Restaurante

Bebidas e Comidas Rápidas

Outro/a Vendedor/a

Mercadinho

Associações

Legislação aplicável

- Normativo SantaFaz 2023.
- Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado Municipal, de 10 de dezembro de 1998, 2.ª série, n.º 284, Apêndice n.º 160, na sua redação atual.
- Regulamento n.º 653/2011, de 30 de dezembro, Regulamento de Taxas Municipais do Município de Santa Cruz, na sua redação atual.
- Decreto Legislativo Regional n.º 30/2016/M, de 18 de julho, que adapta à Região Autónoma da Madeira, o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, Medidas de Modernização Administrativa, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, Instalação e o financiamento de recintos de espetáculos, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, Licenciamento e fiscalização pelas Câmaras Municipais de atividades cometidas aos governos civis, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Regulamento Geral do Ruído, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, Licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, Regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual.
- Lei n.º 75/2013, de 09 de setembro, Regime jurídico das autarquias locais, na sua redação atual.
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à Proteção das Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados, na sua redação atual.
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

